

Da senzala à capela. Compadrio, redes sociais e algumas considerações sobre o lugar social de ‘pardos livres’ nas Minas Gerais oitocentistas.

From ‘senzala’ to the chapel. Godparentage, social networks and some considerations on the social place of ‘free pardos’ in nineteenth-century Minas Gerais.

Mateus Rezende Andrade*

Resumo: Este artigo problematiza as estratificações sociais no passado brasileiro a partir da análise das relações de compadrio e das sociabilidades cotidianas de um domicílio chefiado por um indivíduo livre, pardo, que desenvolvia a atividade de carpinteiro na localidade em que vivia. Postula-se que as redes sociais que o envolvia naquela sociedade escravista oferecem importantes elementos para compreensão das hierarquias sociais, da mobilidade sócio-espacial e enraizamento social, além de dar subsídios para se conhecer os mecanismos de manutenção do prestígio social e do poder. Utilizou-se na pesquisa realizada, informações contidas em recenseamentos populacionais e registros paroquiais de batismo, por meio das quais, partindo de técnicas específicas da demografia histórica, conheceu-se o espaço em estudo a partir da composição populacional do mesmo. Por fim, a Análise de Redes Sociais evidenciou o posicionamento de ‘pardos livres’ e como se estruturam dentro da hierarquia social vigente.

Palavras-chave: Compadrio; redes sociais; hierarquias.

Abstract: This article discusses the social stratification in Brazilian society by the analysis which focuses on the godparentage relationships and everyday sociability of a household headed by a free person, ‘pardo’, who developed the carpenter’s activity in the locality where he lived. It is postulated that the social networks that surrounded him at this slave society offers important elements for understanding social hierarchies, social and spatial mobility and social embeddedness, besides giving subsidies to know the mechanisms of maintenance of social prestige and power. It was used in the research conducted, information contained in population

* Doutorando em História no Programa de pós-graduação em História Universidade Federal de Minas Gerais.

censuses and parish records, whereby, through specific techniques of historical demography, the space under study was known as the population composition. Finally, the Social Networks Analysis highlighted the positioning of ‘free pardos’ and how they have structured themselves into the existing social hierarchy.

Keywords: Godparentage; social networks, hierarchies.

Minas Gerais e a formação de um universo cultural mestiço

Região distinguida por suas matas fechadas e adensamento de vales e montanhas, a ocupação do espaço que viria a ser Minas Gerais se operou desde os primórdios da colonização. Incentivada por mitos que afirmavam que por aqueles caminhos dos sertões encontrar-se-ia o *Sabarabuçu*, montanha reluzente repleta de ouro e outras preciosidades (VASCONCELOS, 1974), as incursões, inicialmente, partiam das áreas já colonizadas do nordeste açucareiro, principalmente da região do recôncavo baiano e, posteriormente, do planalto do Piratininga, onde uma crise da produção agrícola contribuiu para que a busca pelos caminhos que levassem as esmeraldas tomasse um lugar primordial entre os paulistas.

Os bandeirantes que partiam de São Paulo tiveram diversos itinerários. Exaustivamente traçavam rotas e mudavam seus rumos atrás dos metais e pedras preciosas, as quais, quando descobertas, “fez com que se operasse uma rápida e intensa transmigração de paulistas para a terra das Gerais. As regiões do Rio das Mortes, do Carmo, do Pitangui, foram ocupadas por gente de São Paulo, que se estabeleceu, abrindo minerações que entravam logo em forte prosperidade.” (LIMA JÚNIOR, 1978, p.35)

Nas palavras de Diogo de Vasconcelos, esta multidão que invadiu as Minas inverteu a sociedade pela base, inicialmente criando “mandões” que emergiam da mais ínfima camada, os quais fizeram desaparecer toda autoridade pública (VASCONCELOS, 1974, v.2, p.24), promulgando o discurso até hoje perpetuado de que a exploração e o povoamento do vasto sertão ocorreram espontaneamente por obra de particulares. Contudo, Francisco Iglésias, autor com escritos consagrados sobre economia e sociedade de Minas Gerais, já alertava que a persistência de ações de particulares não significou a ausência do poder metropolitano na região. Segundo ele, os potentados locais não surgiam à mercê em terra de ninguém; sua força estava exatamente na oposição criada ao poder central (IGLÉSIAS, 1974). A este respeito,

recentemente, Francisco Eduardo de Andrade tem empreendido importantes e elucidativos esforços à compreensão do processo de colonização das regiões mineradoras ao defender a tese de que as ações de descobrimento de terras minerais não tiveram como princípio básico a expansão da fronteira colonial, antes, tinham por intenção legitimar o poder exploratório. Em suas palavras:

[...] a constituição do lugar (ou da ordem) colonial das Minas Gerais foi resultante de um embate entre práticas sociais e políticas dos agentes no espaço de fronteiras [...] Por isso, as fronteiras coloniais dos sertões do ouro e dos diamantes foram marcadas por programas ou práticas distintas de exploração, que, grosso modo, correspondem às dos descobridores poderosos, nomeadamente os paulistas e os senhores das Minas, e às dos entrantes pobres e dos escravos jornaleiros. (ANDRADE, 2008, p.17.)

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, as Minas, território de novas atividades produtivas, viu o surgimento de relações que possibilitaram a mobilidade social e a expansão urbana e demográfica (HOLANDA, 1985). Estas, por sua vez, acarretaram o desenvolvimento artístico e cultural, a ascensão do comércio e o surgimento de mercados, além de uma complexa burocracia estatal (SILVEIRA, 1997). Neste contexto de enorme aporte populacional, diz-se ainda que Minas Gerais foi o palco da “dissolução dos costumes domésticos, [...] época do concubinato e dos bastardos, [filhos da escravidão que] fornecia aos senhores e aos lupanares o alimento farto de mil impudicícias justificadas pelo hábito.” (VASCONCELOS, 1974, v.2, p.29). Por fim, evocam-se os ditos de João Antônio de Paula:

Há, no fundamental, em Minas Gerais, uma fluidez social que, sem significar rompimento com a estratificação, permitia interação e transgressão, conflitos, disputas, permissividade e alteridade de costumes e práticas que já não são as de uma sociedade tipicamente estamental e patriarcal. (PAULA, 2000, p. 107)

Assim, este artigo, com o cuidado de valer-se sem o devido senso crítico de alguns dos postulados do modelo interpretativo patriarcalista de Gilberto Freyre, já refutados de longa data na historiografia brasileira (Ver CORRÊA, 1981; SAMARA, 1997; SCOTT, 2009), traz algumas ideias sobre a formação da sociedade colonial que em Minas Gerais se erigiu postas pelo historiador Eduardo França Paiva, que, de certo modo, remetem ao modelo proposto por Freyre. Segundo Paiva, Minas Gerais, em função de suas características únicas da forma de ocupação e exploração do

espaço, viu a gênese de um universo cultural mestiço. Segundo ele, nesta sociedade que se formava,

Misturavam-se informações, assim como etnias, tradições e práticas culturais. Novas cores eram forjadas pela sociedade colonial e por elas apropriadas para designar grupos diferentes de pessoas, para indicar hierarquização das relações sociais, para impor a diferença dentro de um mundo cada vez mais mestiço. Da cor da pele à dos panos que a escondia ou a valorizava até a pluralidade multicolor das ruas coloniais, reflexo de conhecimentos migrantes, aplicados a matéria vegetal, mineral, animal e cultural: a Colônia criava tonalidades ainda desconhecidas pela Metrópole. (PAIVA, 2001, p.36)

Finalmente, sem perder de vista este universo sociocultural que se processou na Colônia e deixa suas marcas até os nossos dias, este artigo foca-se no estudo de um domicílio chefiado por um casal de pardos livres, no qual estão agregados alguns egressos do cativo, numa região de povoamento secundário em Minas Gerais: a fronteira agrícola, principal rota de fuga da crise da extração aurífera já sentida nos cofres da Coroa desde o início da segunda metade do século XVIII.

Os Sertões do Leste e a expansão da fronteira agrícola

Igreja e comércio são o binômio que povoou os sertões das minas por rapidamente se alastrarem pelos caminhos que interligavam os núcleos mineradores entre si e estes às outras capitânicas. Logo, juntaram-se a eles as atividades agrícolas, formando o tripé sustentador da atividade mineradora: religião, comércio e agricultura. Claudia Damasceno Fonseca escreve que estes povoados, inicialmente surgiam como arraiais, pousos e ranchos até constituírem-se em uma aglomeração humana estável com capela e casas de morada (FONSECA, 2008). Já Augusto de Lima Júnior, resume o processo da seguinte maneira:

Excetuados os antigos pousos de bandeiras, [os povoados] começavam por um rancho de tropas onde os mineradores iam fazer suas compras em mãos dos comboieiros que levavam da Bahia, do Rio ou de São Paulo, as mercadorias de consumo. [...] Em redor destes ranchos fixavam-se casas de vender e como era certa a afluência de gente, sobretudo aos domingos, os religiosos iam ali ter, celebrando missas, fazendo batizados e casamentos, iniciando-se assim as capelas que sucediam faustosas igrejas. [...] No princípio, um cruzeiro franciscano em cujo pé, tosca coberta de palha abrigava o rústico altar; logo depois a capelinha de taipa de sebe que prestamente se transformava em templo definitivo. [...] Disseminados pelas

montanhas e vales, os lavradores e mineradores faziam construir casas junto às capelas e, aos sábados, vinham nelas pernoitar com suas famílias, para, no domingo, assistirem a missa e fazerem suas compras no comércio que ali se estabelecia. [...] Desse modo formavam-se os povoados mineiros que se transformavam logo em centros da vida civil, religiosa, social e econômica da capitania . (LIMA JÚNIOR, 1978, p.38)

Um dos primeiros arraiais a surgir na região em estudo foi o de Piranga, “lugar caracterizado pelo predomínio do mato denso e abundante e das tribos indígenas dos Puris e Botocudos” (CARNEIRO, 2008, p.117), uma das localidades palco das primeiras descobertas de ouro, porém, devido à sua localização geográfica, no limite entre a urbe e o sertão, o arraial de Piranga tornou-se uma porta de entrada para as incursões de conquista e povoamento das zonas fronteiriças a leste do centro minerador.

Como a conquista de áreas fronteiriças desenvolveu um importante papel no período da recessão monetária causada pela crise da extração do ouro, momento no qual foi crucial no delineamento de políticas e dos rumos econômicos de Minas Gerais (LANGFUR, 2006), o distrito de Piranga teve grande importância econômica, figurando entre os principais núcleos auríferos fiscalizados pela Câmara de Mariana (CARRARA, 2007). Esta proeminência lhe conferiu a elevação à condição de principal instância do poder eclesiástico ao leste dos núcleos mineradores de Mariana e Ouro Preto, estrategicamente instituído num espaço intermediário entre os núcleos urbanos e a fronteira agrícola.

Formado nos primórdios da busca pelo ouro, portanto, assentamento humano já estável do ponto de vista produtivo e populacional, assim, investimento seguro para minar as incertezas da fronteira, constitui-se do trânsito de pessoas, mercadorias e das ávidas políticas exploratórias dos sertões promulgadas pela Coroa no século XVIII (LANGFUR, 2006, p.103). Assim, uma região privilegiada para o estudo da inversão de uma economia voltada à extração aurífera para a emergência do setor agrícola e protoindustrial (LIBBY, 2002), que vivenciou as duas Minas Gerais, tanto a urbana quanto a rural, logo, um espaço de relações sociais híbridas, repleto de negociações e conflitos que muito tem a informar sobre as hierarquias e as estratificações sociais no passado brasileiro.

Composição Populacional

Contagens populacionais das primeiras décadas do século XIX mostram que a população de Piranga não possuiu uma tendência crescente contínua. Em 1797, segundo contagem do Padre Lino Lopes de Matos, 5.124 indivíduos livres e libertos habitavam a freguesia de Piranga, enquanto os escravos totalizam 5.665 indivíduos entre homens e mulheres.¹ Uma contagem populacional realizada na cidade de Mariana no ano de 1812 averiguou que em Piranga habitavam 7.610 pessoas livres. Destes, 3.677 eram homens e 3.933 eram mulheres. Para a população cativa, o número de homens era de 3.712, enquanto 2.237 era o número de mulheres.²

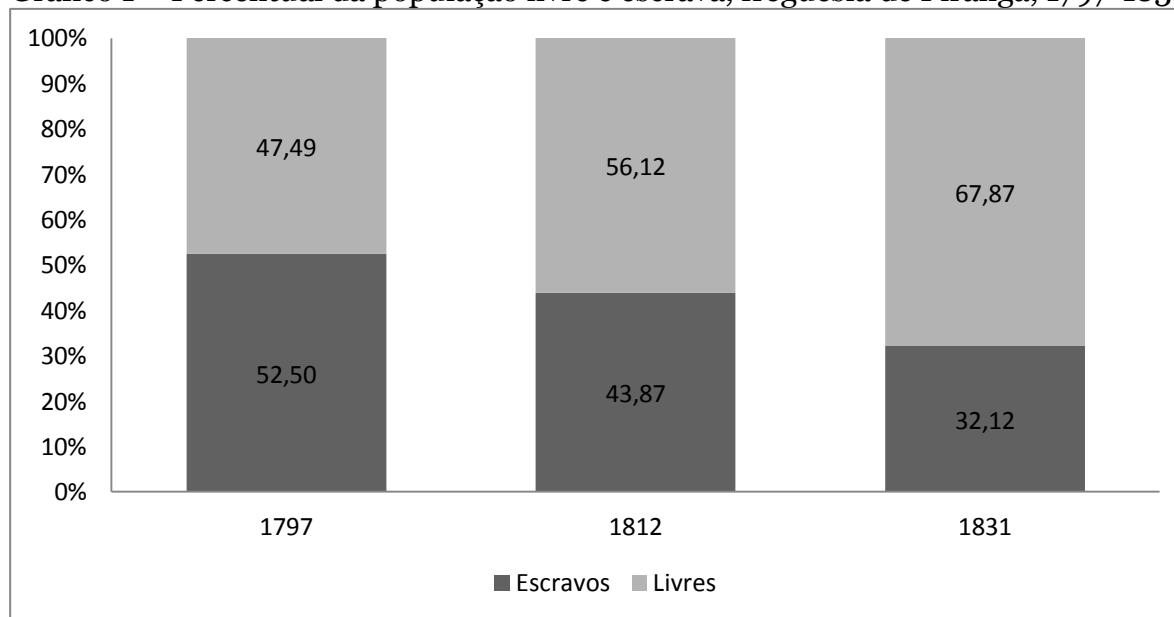
Nos anos iniciais da década de 1830, 3.556 era o número de homens livres e libertos residentes na freguesia de Piranga; as mulheres alcançaram a cifra de 3.884. Somados a estes valores os dois indivíduos que não possuíam informação do sexo nas listas nominativas de habitantes, chega-se ao valor de 7.442 indivíduos livres e libertos vivendo em Piranga. Entre os escravos, 2.176 eram homens e 1.345 eram mulheres. Nota-se que os livres perfaziam 67,87% do total da população, valor bem próximo do total encontrado para a província de Minas Gerais, aonde os livres correspondiam a 66,06% do total da população (ANDRADE, 2001).

Merece destaque a diminuição do hiato entre a proporção da população escrava frente à livre e liberta, o que é sintomático da mobilidade social experimentada por muitos ali naquele lugar, ou ainda reflexo da dificuldade de renovação dos efetivos escravos detectada por Libby (LIBBY, 1988) nos finais do século XVIII e início do XIX. Por último, pode ser sintomático da ininterrupta migração para as áreas ao leste da capitania, onde ainda era intensa a concessão de sesmarias na primeira metade do século XIX (LANGFUR, 2006), as quais exigiam como condição necessária a sua efetivação, a demonstração de uma capacidade exploratória daquelas terras, diretamente relacionada a quantidade de escravos que poderia empregar.

¹ "Taboia de população da Freguesia de Guarapiranga do Termo de Mariana, 31 de dezembro de 1797, elaborado por Lino Lopes de Mattos", APM, Casa dos Contos, Cx. 94.

² "Mapa da população da Cidade de Mariana do anno de 1812", APM, Seção Colonial.

Gráfico 1 – Percentual da população livre e escrava, freguesia de Piranga, 1797-1832.



Fonte: "Taboa de população da Freguesia de Guarapiranga do Termo de Mariana, 31 de dezembro de 1797, elaborado por Lino Lopes de Mattos", APM, Casa dos Contos, Cx. 94 (somatórios revisados); "Mapa da população da Cidade de Mariana do anno de 1812", APM, Seção Colonial; APM, *Listas Nominativas de 1831-32* dos distritos de Bacalhau, Bras Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga, Tapera. Disponível em: www.poplin.cedeplar.ufmg.br, acessado em 31/08/2015

Mário Rodarte, ao estudar o crescimento demográfico da província mineira ao longo do século XIX, constatou que a mesma tinha uma dinâmica aproximada de populações malthusianas, ou seja, cuja mortalidade e distribuição por idade e sexo são constantes. Portanto, não é exagerado supor que “as diferenças demográficas captadas nos arrolamentos censitários da década de 1830 assumiam um caráter mais permanente e menos transitório” (RODARTE, 2012, p.113). Assim, ainda que esta pesquisa não se restrinja à década de 1830, adotam-se as informações demográficas desta década para caracterizar a população em estudo e abranger as particularidades socioeconômicas ali vigentes.

Ao se analisar os dados destas listas nominativas, vê-se a maior expressividade da população cativa masculina frente à feminina, enquanto que para os livres, apesar de superioridade numérica das mulheres, os valores são mais equitativos entre os sexos (Tabela 1). Atentando-se sobre os cativos nas listas nominativas, percebe-se que são segregados em quatro categorias étnicas: crioulos, africanos, pardos e cabras.³ Os primeiros correspondiam a 49,17% do total dos escravos, enquanto os outros a

³ Além destes, há os indivíduos que não possuem nenhuma referência a sua cor/origem, contudo, perfazem somente 0,36% de todos os casos.

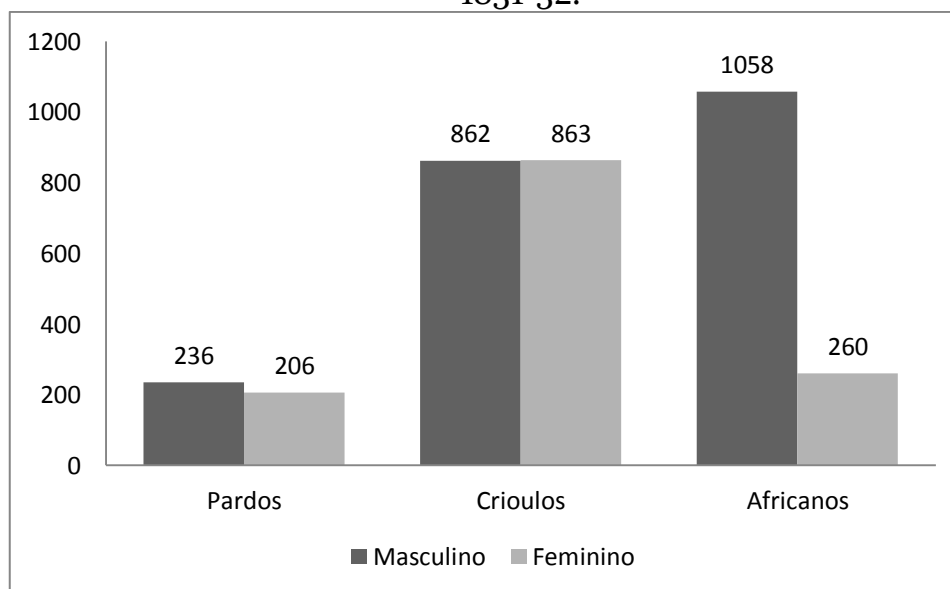
37,57%, 12,60% e 0,66% respectivamente. Ao se comparar as proporções entre os sexos dos cativos, vê-se a grande maioria de africanos entre os homens e de crioulos entre as mulheres.

Tabela 1 – População por sexo e condição, freguesia de Piranga, 1831-32

Livres			Escravos		
Masculino	Feminino	s/inf.	Masculino	Feminino	s/inf.
3556	3884	2	2176	1345	1

Fonte: APM, *Listas Nominativas de 1831-32* dos distritos de Bacalhau, Bras Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga, Tapera. Disponível em: www.poplin.cedeplar.ufmg.br, acessado em 31/08/2015.

Gráfico 2 – Número de escravos por sexo segundo cor/origem, freguesia de Piranga, 1831-32.



Fonte: APM, *Listas Nominativas de 1831-32* dos distritos de Bacalhau, Bras Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga, Tapera. Disponível em: www.poplin.cedeplar.ufmg.br, acessado em 31/08/2015.

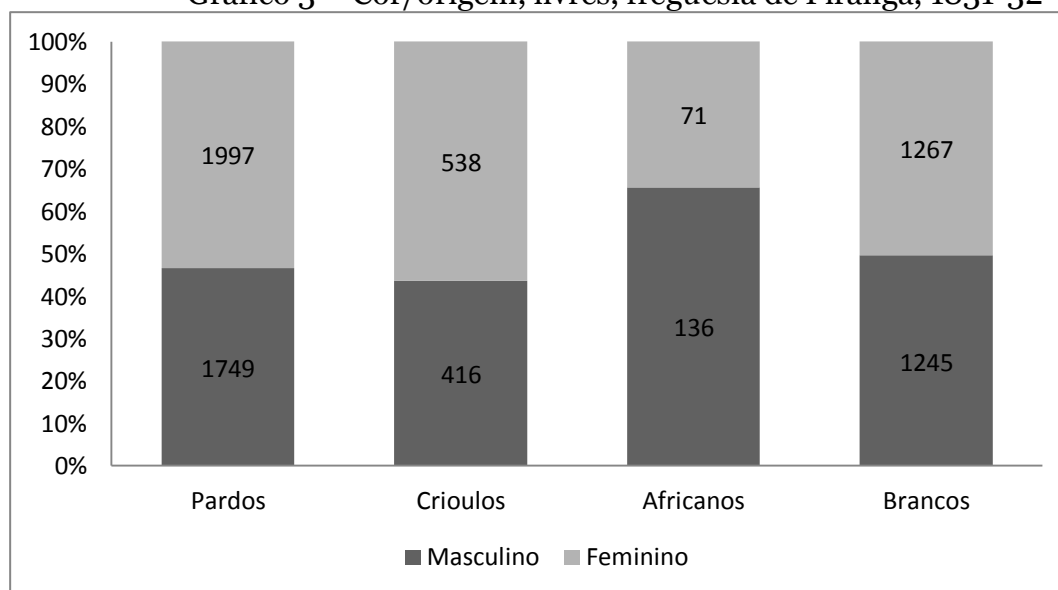
As informações contidas no Gráfico 2 são um forte indício da presença do tráfico de escravos para a região de Piranga. Além da existência do tráfico interprovincial, muito provavelmente – dado ao elevado número de escravos de origem africana encontrados na documentação – havia um significativo número de cativos que, chegados ao Brasil, tinham como destino as regiões dos vales do rio Piranga e Xopotó, nascentes do Rio Doce.

Ainda que a expressividade numérica dos cativos na documentação mostre a relevância que estas informações têm para a caracterização socioeconômica da região

de Piranga, a maior parcela da população correspondia aos livres não-brancos.⁴ Estes na maioria das vezes eram pessoas não abastadas, compondo uma camada intermediária da estratificação social. Assim como os cativos, eles também foram segregados em categorias que informam sobre sua cor/origem: pardos, crioulos, africanos, cabras e índios.⁵ Além destes, há ainda aqueles que ficaram sem estas informações, contudo, felizmente correspondem a somente 0,08% da população livre.

Diferente da população escrava, entre os livres, os pardos representavam a maioria da população (50,38%), enquanto os crioulos e africanos correspondiam a 12,83% e 2,78% respectivamente. Apesar da historiografia não ter alçado a resultados conclusivos sobre os significados destas designações de cor/origem na documentação, sabe-se que estas categorias pautavam-se em questões relativas à naturalidade e posição social do indivíduo (LIBBY; FRANK, 2009).

Gráfico 3 – Cor/origem, livres, freguesia de Piranga, 1831-32



Fonte: APM, *Listas Nominativas de 1831-32* dos distritos de Bacalhau, Bras Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga, Tapera. Disponível em: www.poplin.cedeplar.ufmg.br, acessado em 31/08/2015;

Enveredando-se pelos árduos caminhos de compreender estas hierarquizações, Douglas Libby e Zephyr Frank, afirmaram que em Minas Gerais, a definição ‘crioulos’ “referia-se aos negros nascidos no Brasil, independente da origem

⁴ Representavam 44,84% da população total e 66,13% dentre os livres.

⁵ Por representarem somente 0,12% da população livre, as duas últimas categorias não estão tabuladas nas análises estatísticas empreendidas.

dos pais [...] e sem implicações quanto à condição legal” (LIBBY; FRANK, 2009, p.388). Os ‘cabras’, segundo estes autores, eram filhos de pais de origens mistas (mãe parda e pai crioulo, por exemplo), enquanto, sobre os pardos, destacam a flexibilidade do termo, muitas vezes designado aos filhos de pais de origens mistas, levando os autores a concluírem que os ‘pardos’ eram os miscigenados de pele mais clara.

As informações contidas no Gráfico 3 indicam que muitos indivíduos dentre os livres não-brancos são egressos do cativeiro. Primeiramente devido à grande maioria de homens entre os africanos, o que é um padrão encontrado na população cativa. Num segundo momento, vê-se a maioria de mulheres entre a população crioula e parda, o que também sugere se tratar de uma população de libertos, por indicar que se enquadravam no padrão mineiro de preferência por emancipar escravas a escravos. Sobre este aspecto, há que se levar em consideração o maior acesso das cativas às fontes de rendas externas à senzala que lhes comprariam a carta de alforria (Ver GONÇALVES, 2011).

Por meio destas informações, calculou-se a razão de sexos⁶ (Tabela 2) da população livre e cativa. A taxa encontrada para a população cativa é sintomática de uma sociedade escravista voltada para a produção agrícola, setor que, majoritariamente, demandava a presença massiva do braço escravo masculino (LUNA, 1983; 1992; 1998; ALVES, 2006; VALENTIN, 2006). Cabe salientar que, mesmo não muito superior, a razão de sexos entre os cativos mostrou-se superior ao total da população escrava de Minas Gerais, a qual, como revela Andrade (ANDRADE, 2001), era de 159,99. Sobre a população livre e liberta, o que se pode especular é que havia algum propulsor emigratório que atraía os homens para fora da freguesia, sendo que a razão de sexos desse segmento configurou-se menor que a o encontrado para o total da província, a saber: 95,77.

⁶ A Razão de Sexos é o número de homens para cada 100 mulheres

Tabela 2 – Razão de Sexos por condição e cor/origem, freguesia de Piranga, 1831-32

	Branços	Crioulos	Pardos	Africanos	Total
Livres	98,26	77,32	87,78	191,55	91,56
Escravos	-	99,88	114,56	406,92	161,78

Fonte: APM, Listas Nominativas de 1831-32 dos distritos de Bacalhau, Bras Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga, Tapera. Disponível em: www.poplin.cedeplar.ufmg.br, acessado em 31/08/2015.

Ao seccionar-se a razão de sexos por cor/origem, observa-se que entre os livres há efetivas diferenças, o que indica distintas condições de vida e ocupacionais. Por exemplo, em vista da razão de sexos entre os brancos, pode-se pressupor que as oportunidades ocupacionais eram mais atrativas para os homens desta população do que para os homens crioulos, população em que se averiguou a menor razão de sexos. Esta hipótese de que as condições de vida pouco atrativas culminaram na emigração masculina é válida, contudo, ela pouco pode explicar a superioridade numérica feminina. Por que as mulheres também não migrariam? Seria por menor capacidade em angariar recursos? Há outra interpretação possível dos dados encontrados. Como já mencionado, estudos constataram uma preferência por emancipar escravas em detrimento a escravos e conseqüentemente, o maior acesso destas às fontes de renda externas à senzala. Assim, muito provavelmente grande parte da população de livres e não-brancos outrora fora cativa.

Esta pressuposição ganha fôlego ao se conhecer a razão de sexos dentre as categorias de cor/origem dos cativos. Entre os africanos, como era de se esperar, uma massiva maioria de homens: 1058 homens para somente 260 mulheres. Entre os crioulos, averigua-se quase a mesma equidade constatada entre os brancos livres, o que corrobora a hipótese de que possuem menor acesso à liberdade. Já para a população parda, nota-se pequena maioria de homens pardos (236 homens para 230 mulheres). Não há explicação comprovada historicamente para esta maioria de homens pardos. Talvez, possa estar ligada ao status do cativo, que ao adquirir um ofício ou uma roça para plantar, poderia também adquirir uma nova “qualidade social”.⁷

⁷ Roberto Guedes (GUEDES, 2008), em estudo sobre os egressos do cativo em Porto Feliz, constatou a modificação da categoria de cor/origem do indivíduo por meio de análises em variadas documentações nominativas. Conforme se enriquecia ou adquiria algum ofício, o indivíduo deixava um registro diferente da sua cor/origem.

Pardos livres, compadrio e agregados

Grande questão historiográfica reside nas estratégias postas em prática por egressos do cativo e livres pobres na busca por inserção e enraizamento social, por serem espectros das possibilidades de mobilidade e ascensão em sociedades altamente hierarquizadas. Para compreender este universo relacional, traz-se como exemplo a trajetória de vida de um casal, declarados pardos, que no ano de 1838 eram chefes de seu domicílio, onde residiam com seus quatro filhos e mais cinco indivíduos livres, quatro adultos e uma criança, todos com alguma cor/origem declarada, dentre eles, dois ‘benguela’, indicando o passado no cativo.

Por fim, chama atenção nesta organização domiciliar todos os adultos (aqueles com idade acima dos 15 anos de idade) terem algum ofício declarado: carpinteiro, costureira, alfaiate, fiadeira e jornaleiro – ocupações ligadas ao setor da fiação e tecelagem, e a prestação de serviços (PAIVA, 1996, Anexo 2). Assim, não é exagerado afirmar se tratar de um domicílio que se enquadra num perfil misto que congrega aspectos dos domicílios autônomos e camponeses, conforme tipologia proposta por Mário Rodarte. Este autor, inspirado nas tipologias domiciliares cunhadas por Peter Laslett (LASLETT, 1984) e outros estudiosos do chamado Grupo de Cambridge, desenvolveu uma metodologia capaz de categorizar os domicílios de Minas Gerais no século XIX, empenhado em superar certas limitações das tipologias apresentadas por Laslett, principalmente no enfoque ao grau de parentesco dos membros do domicílio em relação ao chefe, a qual é uma informação de baixa qualidade na documentação censitária pesquisada por Rodarte.⁸

Assim, tendo por base atributos do chefe, do casal chefe, dos outros membros do domicílio, da dependência econômica do domicílio, características dos efetivos escravos e atributos ocupacionais e locacionais, postulou quatro tipos domiciliares extremos: Camponês, Autônomo, Escravista e Assalariado, não excludentes entre si, pois, foram comuns os perfis mistos que combinavam atributos de dois ou mais tipos extremos. Segundo Rodarte, os fogos camponeses eram “compostos por pardos em sua maioria e eram estruturados por núcleo familiar. [...] eram domicílios médios ou grandes, com mais de dois indivíduos, podendo abrigar, além do casal chefe, sete ou mais pessoas, solteiras em sua maioria, mas também algumas casadas, mas não

⁸ Sobre as tipologias domiciliares, suas críticas e uma boa discussão historiográfica sobre os fogos, domicílios e famílias do passado, Ver RODARTE, 2012, p.48-64; p.155-164

viúvas.” (RODARTE, 2012, p.199) Já os perfis autônomos, apesar de se distinguirem pela chefia feminina, são caracterizados pela coabitação de pessoas com cor/origem declarada, nem sempre com laços parentais, mas, com afinidades em relação ao desempenho de determinada atividade econômica, o que é claramente perceptível no fogo chefiado por Venâncio Dias da Costa (Tabela 3).

Numa busca nominal em outro recenseamento populacional realizado na localidade sete anos antes, não há um domicílio chefiado por este mesmo casal, entretanto, foram encontrados agregados ao domicílio do Alferes Francisco Dias da Fonseca, um dos maiores domicílios escravistas da região com 27 cativos recenseados. Nesta época, ainda não tinham filhos, logo, os laços de parentesco espirituais firmados durante estes dois recenseamentos podem oferecer importantes indícios sobre as estratégias que lançaram mão para constituir domicílio próprio. Por último, constatou-se que todos os quatro adultos agregados em seu domicílio no ano de 1838 eram cativos do Alferes Francisco Dias da Fonseca em 1831, o que implica na possibilidade de ponderar interpretações sobre o misterioso fenômeno da agregação em sociedades escravistas (Ver SAMARA, 1977) e ainda, como egressos do cativeiro sobreviveram e reproduziram-se socialmente em liberdade.

Tabela 3 – Domicílio chefiado por Venâncio Dias, distrito de Piranga, 1838

Habitante	Nome	Sexo	Idade	Qualidade	Estado	Relação Chefe	Condição	Ocupação
1	Venâncio Dias	M	44	Pardo	Casado		Livre ou Libertado	Carpinteiro
2	Maria do Carmo	F	30	Pardo	Casado		Livre ou Libertado	Costureira
3	Francisco	M	8	Pardo	Solteiro	filho	Livre ou Libertado	
4	Delfina	F	7	Pardo	Solteiro	filho	Livre ou Libertado	
5	Joaquina	F	4	Pardo	Solteiro	filho	Livre ou Libertado	
6	Candido	M	2	Pardo	Solteiro	filho	Livre ou Libertado	
7	Joaquim Felix	M	58	Crioulo	Casado		Livre ou Libertado	Alfaiate
8	Josefa	F	50	Benguela	Solteiro		Livre ou Libertado	Fiadeira
9	Joaquim	M	40	Benguela	Solteiro		Livre ou Libertado	Jornaleiro
10	Lauriana	F	44	Crioulo	Solteiro		Livre ou Libertado	Fiadeira
11	Mariana	F	2	Crioulo	Solteiro		Livre ou Lib	

Fonte: APM. Listas Nominativas

Entre 1831 e 1836 está registrado num livro de batismos da paróquia de Piranga o nascimento dos quatro filhos do casal que foram recenseados em 1838. Todos os compadres eram livres e foram declarados brancos pelo pároco que transcreveu o assento de batismo, enquanto três padrinhos e madrinhas tinham alguma patente militar e foram distinguidas como ‘Dona’, numa clara estratégia de firmar alianças para cima na hierarquia social. Analisando o outro lado deste universo relacional, assentos batismais nos quais atuaram como padrinhos, constatou-se que em todos os casos, seja quando atuaram em conjunto ou separadamente, apadrinharam filhos de escravos. Deste modo, não há dúvidas se tratar de um casal situado numa camada intermediária da estratificação social, tornando fluidas estas hierarquias ao possibilitar acesso indireto das camadas mais baixas às mais altas.⁹ Por exemplo, no ano de 1831, em fevereiro foram padrinhos de Maria, filha de um casal cativo, e em junho nomearam um capitão para padrinho de seu filho Francisco e no ano seguinte, em 1832, foram padrinhos de Cândida, filha de Joaquina Congo, escrava do Major Antônio Jacinto Tavares.

Parece conveniente trazer a noção de redes sociais para compreensão deste universo relacional, das expectativas e agências individuais. Em alta na historiografia brasileira, muitos trabalhos tem mostrado como a Análise de Redes Sociais pode impulsionar investigações históricas, principalmente em contextos micro analíticos. Fábio Faria Mendes afirma que, apesar de não se constituir numa teoria social¹⁰, algumas premissas delimitam a utilização da Análise de Redes Sociais na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Segundo ele, “o pressuposto básico é que atores e suas ações são interdependentes, e que os diversos tipos e configurações de laços em que os atores estão imersos são canais para fluxos de recursos materiais, informacionais e sociais.” (MENDES, 2012, p.45)

Além disso, possibilita repensar a inclusão de indivíduos em grupos com níveis diferentes e assim, diferentes oportunidades, constrangimentos e influências proporcionadas pela inserção ao grupo (FARINATTI; VARGAS, 2014). Dada estas possibilidades, apresenta-se muito profícua a aplicação da Análise de Redes Sociais

⁹ Numa minuciosa análise sobre as redes de sociabilidade, Renato Pinto Venâncio, Maria José Ferro de Sousa e Maria Teresa Gonçalves Pereira, mostraram como relações indiretas de compadrio estruturavam hierarquias ao possibilitar acesso das camadas mais pobre da população de Vila Rica ao governador da capitania (VENÂNCIO, et. al., 2006).

¹⁰ Segundo o autor, são dinâmicas as fronteiras entre teoria, metodologia e técnica na Análise de Redes Sociais.

em estudos históricos, despendidos os devidos cuidados no manejo de dados e atentando-se às possíveis simplificações, conforme alertou Tiago Luís Gil (GIL, 2011).

Inspirado por estes trabalhos lançou-se mão da estrutura relacional onde se inseria este casal de pardos livres situados no entreposto entre o mundo dos escravos e o mundo dos senhores de escravos. Assim, aplicaram-se algumas das técnicas da Análise de Redes Sociais, buscando não só as relações de parentesco espiritual firmadas pelo casal em foco, mas, também, pelo casal chefe do domicílio onde eram agregados em 1831 e dos seus herdeiros, chefes do domicílio vizinho em 1838, na busca por averiguar as estratégias de distinção, mobilidade, cooptação e exclusão social.

Prática comum averiguada neste universo social hierarquizado foi a troca relacional entre pardos livres e grandes proprietários escravistas através das senzalas. Por exemplo, em abril de 1832, Sebastião Dias dos Reis, homem livre, pardo, é nomeado padrinho da criança Rita, filha natural de Joaquina Cabra, escrava do Alferes Francisco Dias da Fonseca. Quatro anos mais tarde, no batismo do seu filho João, Sebastião escolhe como madrinha Dona Francisca de Paula e Lana, esposa do sobredito Alferes. Não é exagerado supor a relação firmada em 1832 como porta de entrada aos círculos relacionais no qual se situavam os distintos senhores da localidade.

Neste mesmo sacramento batismal do ano de 1832, a madrinha nomeada, Maria do Carmo, também era uma mulher parda livre. Contudo, já no ano seguinte, o Alferes Francisco e sua esposa são padrinhos de sua filha Delfina, pressupondo-se que Maria do Carmo acessou rapidamente o círculo relacional da elite escravista. Entretanto, num recenseamento feito na localidade no ano de 1831, Maria do Carmo e seu esposo, Venâncio Dias da Costa (pardo livre), foram listados como agregados do domicílio do Alferes Francisco. Neste caso, muda-se a ótica interpretativa da porta de entrada nos principais círculos relacionais à noção de sociabilidades cotidianas, apontando como o parentesco espiritual possui peculiaridades múltiplas para sua compreensão. Assim, neste artigo, busca-se conceber o papel desta prática social na estruturação das redes sociais que envolviam escravos, livres e libertos.

Não se sabe quando o casal Venâncio e Maria do Carmo foi agregado pelo Alferes Francisco Dias da Fonseca, entretanto, conjectura-se que se deu em algum momento próximo ao ano de 1826. Neste ano, Venâncio foi padrinho no sacramento

batismal de Luísa, filha natural de Eufrásia Cabra, escrava do Capitão Antônio Teixeira Guimarães, o qual, em 1821 escolheu o Alferes Francisco e Dona Francisca como padrinhos de sua filha, homônima da madrinha.

Ponderam-se duas possibilidades a esta relação indireta aproximar Venâncio do domicílio do Alferes Francisco. Se o apadrinhamento da criança Luísa foi intermediado pelo senhor de sua mãe, eventualmente, Venâncio tenha sido indicado pelo compadre do Capitão Antônio (Alferes Francisco), o que coloca este homem, pardo livre, num patamar, nesta época, de conhecido e fazer parte do cotidiano do dito Alferes, talvez já agregado em seu domicílio. Por outro lado, esta sua indicação pode ter partido do Capitão Antônio, entretanto, não para ser compadre de Eufrásia Cabra, mas, para agregar-se ao domicílio do seu compadre.¹¹

Nesta pressuposição, o Alferes Francisco Dias da Fonseca, à procura de algum oficial mecânico, um prestador de serviços que realizasse reparos necessários em suas benfeitorias, consultou o Capitão Antônio, o qual indicou o carpinteiro Venâncio, compadre de sua escrava Eufrásia Cabra, portanto, indivíduo situado dentro dos limites de sua clientela. Em ambas as situações, independente do sentido da ação, o que se depreende é o compadrio projetando um indivíduo pardo livre à sua inserção e reconhecimento social.

Todas estas relações de parentesco espiritual estão representadas na Imagem 1, na qual, se encontram outros laços firmados por agentes históricos que direta ou indiretamente estavam envolvidos no universo relacional do casal Venâncio Dias da Costa e Maria do Carmo, distinguidos na imagem por um quadrado. Assim, inseriu-se nesta representação gráfica o Capitão Jeremias Dias de Lana, sobrinho e herdeiro do casal que agregou Venâncio, representado por um círculo, juntamente com seus tios e esposa, os chamados ‘casais agregadores’. Representados por um losango estão os senhores que tiveram escravos apadrinhados pelo casal pardo livre. Cabe salientar que se destacaram as linhas que demonstram estas relações para denotar o apadrinhamento entre livres e escravos. Por fim, os triângulos representam aqueles indivíduos que apadrinharam escravos dos ‘casais agregadores’ e os pentágonos, egressos do cativeiro que foram agregados no domicílio de Venâncio Dias da Costa.

¹¹ Ainda em tempo, cabe constar que Venâncio Dias da Costa era carpinteiro, portanto, desenvolvia um importante e requisitado ofício.

alguns casos, eram acionadas por estratos superiores na hierarquia social, os quais buscavam através delas cooptar-se à tutela clientelística onde estavam inseridos.

Por fim, um último exemplo de situações que congregam senhores escravistas, pardos livres, a capela e a senzala são dois ritos batismais em que estão envolvidos o Capitão Jeremias Dias de Lana e o pardo livre Francisco Gonçalves Fontes. No primeiro, em maio de 1843, Francisco e sua esposa escolheram o Capitão Jeremias e sua esposa como padrinhos de seu filho João. Menos de um ano depois, em fevereiro de 1844, dá-se a troca relacional: Francisco e sua esposa, no batismo de Claudina, filha natural de Helena Crioula, escrava do Capitão Jeremias, são os padrinhos da criança.

Este caso contrapõe-se aos outros até aqui narrados, pois, inverte a ordem na qual um indivíduo pardo livre primeiro é padrinho de um cativo e, depois, recebe a benção de ter um filho apadrinhado pelo proprietário deste cativo. Assim, esta situação reforça o reconhecimento sobre as formas como esta população parda livre foi cooptada pelos senhores de escravos, já detectada anteriormente. O Capitão Jeremias Dias de Lana, ao ser padrinho de João, provavelmente já visionava possibilidades de valer-se deste compadre acionando-o no apadrinhamento de seus cativos, dada a alta aceitação desta população entre os cativos ou ainda, pela ausência de senhores no apadrinhamento de seus cativos, prática já averiguada por Stephen Gudeman e Stuart Schwartz (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988), examinada na senzala do Capitão Jeremias. Entre 1837 e 1844, oito de suas escravas batizaram seus filhos e em nenhum dos casos o dito Capitão ou seus familiares atuaram como padrinhos.

Na análise destes oito sacramentos de batismo, chamou atenção a presença de uma madrinha em especial: Josefa Benguela, liberta. Esta mulher, no ano de 1831 é listada como escrava do Alferes Francisco Dias da Fonseca, portanto, uma egressa do cativo que, nos anos finais da década de 1830, buscando solidificar-se socialmente naquela sociedade escravista, agregou-se ao domicílio recém-constituído do pardo livre Venâncio Dias da Costa (Tabela 3), numa clara estratégia que minava algumas incertezas possibilitando-lhe proteção ao participar das sociabilidades cotidianas daqueles que reconheciam sua liberdade.

Além de serem domicílios vizinhos, Josefa Benguela, ao apadrinhar Ana no dia 1º de dezembro de 1844, filha legítima de Manoel Benguela e Florentina Crioula, que em 1831 (uma criança de 8 anos), assim como Josefa Benguela, era cativa do Alferes

Francisco Dias da Fonseca, demonstra a proximidade social de libertos com a antiga senzala e ainda, possibilita conjecturar que estas camadas intermediárias da população (livres não escravista com cor/origem declarada e egressos do cativeiro) estabeleciam-se próximos aos domicílios daqueles proprietários de escravos com os quais mantinham vínculos de compadrio direto ou indireto, o que é visualmente perceptível na Imagem 1, principalmente ao se atentar ao posicionamento do vértice que representa Venâncio Dias da Costa, certamente, um lugar social nesta rede de relações, onde tinham maior desenvoltura, amplas oportunidades de agência e reprodução social.¹²

Conclusão

Compreender as hierarquias e as estruturas relacionais numa sociedade escravista, os caminhos percorridos pela exclusão social e trajetórias de estratos sociais situados entre as caricatas casas grandes e senzalas é uma difícil tarefa que hoje se encontra na linha de frente da produção historiográfica brasileira, trazendo ao imaginário histórico a pluralidade social do seu passado.

Este artigo ao se valer das relações de compadrio de pessoas livres e declaradas com a cor/origem parda, demonstrou como as estratificações sociais eram complexas ao se constatar relações de parentesco espiritual que envolvia livres, libertos e escravos. Entretanto, esta heterogeneidade relacional não significou a supressão de tensões, pois, o enraizamento e a distinção social, em diversas ocasiões, guiando estas escolhas realizadas na pia batismal, delimitou o lugar social dos indivíduos reiterando hierarquias. Daí que se tornam complexas o seu entendimento, pois, como se mostrou, nem sempre havia uma ordem explícita que tivesse funcionado como um modelo à estruturação social, o que demonstra a necessidade de destaque às trajetórias de vida.

Ao analisar algumas destas, ressaltou-se o lugar social de pardos livres naquela sociedade, situados próximos a grandes senhores de escravos da localidade, porém, não inteiramente submetidos à vontade desses. Como se mostrou, em alguns momentos expandiam ou davam acesso a outros indivíduos às redes clientelísticas dos senhores, criando novos vínculos e reforçando antigos laços parentais.

¹² Além das afinidades sócio-relacionais, destaca-se também a proximidade geográfica, pois, nos recenseamentos realizados, seus domicílios eram domicílios vizinhos.

Entretanto, uma variedade de análises ainda está por ser desenvolvida quando se expandir os problemas de pesquisa sobre a constituição destas redes sociais e os atores sociais envolvidos.

Por exemplo, esmiuçaram-se aquelas relações de compadrio em que Venâncio Dias da Costa atuou como padrinho de escravos de três senhores, porém, ainda estão por serem analisados, os eventuais outros apadrinhamentos de cativos em que Francisco Gonçalves Fontes foi padrinho e daí, a relação destes senhores com o Capitão Jeremias Dias de Lana. Acredita-se que possa surgir destas análises novos elementos que possibilitem o entendimento das híbridas e heterogêneas relações que estruturaram hierarquias, impuseram limites às ascensões e possibilitaram a mobilidade social.

Finalmente, este artigo ainda detectou a vizinhança entre tipos distintos de estruturas domiciliares ponderando as relações de trabalho que podem tê-los agregado ao entorno de um espaço produtivo. Ao se analisar a perpetuação dos laços de compadrio que envolvia os indivíduos domiciliados nestes fogos, explicita-se a necessidade de conceber o fenômeno de formação e reprodução de redes sociais ao entendimento de como famílias, domicílios e compadrio estendiam o universo social e produtivo.

Referências Bibliográficas

ALVES, Mauricio Martins. Formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 8, n. 9, p. 64-84, 1º sem. 2006.

ANDRADE, Cristiana Viegas de. **Domicílios mineiros oitocentistas**: uma aplicação do método “Grade of Membership” (GoM). Dissertação (Mestrado). FACE/CEDEPLAR. Universidade Federal de Minas Gerais. 2001.

ANDRADE, Francisco Eduardo. **A invenção das Minas Gerais**: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). 2008. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e Currais**: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, p.5-16, Mai., 1981.

FARINATTI, Luís Augusto; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c. 1844). **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014.

GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Vol. 3 Nº 6, Dezembro de 2011. p.82-96.

GONÇALVES, A. L. **As margens da liberdade**. Estudo sobre a prática de alforrias em Minas Colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço/FAPEMIG, 2011.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.33-59.

GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativoiro**: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798- c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In:_____. **História da Civilização Brasileira**; à época colonial. 6ª. ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo I, vol.2. p.259-310

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, nº50, p.257-273, 1974.

LANGFUR, Hal. **The forbidden lands**: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

LASLETT, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre as áreas da Europa Ocidental. In: MARCÍLIO, Maria Luíza (Org.). **População e Sociedade**: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984. p.137-170

LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) **História econômica da independência e do império**. São Paulo, EDUSP/Hucitec/Imprensa Oficial, 2002.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 29, n. 58, 2009.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

LUNA, F. V. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). **Estudos Econômicos**, 22 (3), 443-483. Set-dez de 1992.

LUNA, F. V. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718), In: BARRETO, A. E. M. et al. **História Econômica: Ensaio**, São Paulo, IPE/USP, p. 25-41, 1983.

LUNA, F. V. São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em Vinte e Cinco Localidades - (1777-1829). **Estudos Econômicos**, 28(1), 99-169. Jan-mar de 1998.

MENDES, F. F. Família, História e redes sociais. In: BOTELHO, T. R. LEEUWEN, M. H. D. (Orgs.) **História Social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2012. p.41-82

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. 233 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PAULA, João Antônio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: A Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**. 147 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, São Paulo, 2004

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista**, Goiânia, v.2, p.7-21, jul./dez. 1997.

SAMARA, Eni. M. **O papel do agregado na região de Itu (1780-1830)**. São Paulo: Museu Paulista, 1977

SCOTT, Ana Sílvia V. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões e Debates**, v. 51, p. 13-29, 2009.

SILVEIRA, Marco Antonio. **O Universo do Indistinto**. Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808). São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

VALENTIN, Agnaldo. Posse de escravos e manutenção da propriedade em Apiaí, São Paulo: 1732 a 1835. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 8, n. 9, p. 85-106, 1º sem. 2006.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. 4ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1974. 2v.

VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, p.273-294, 2006.

**Recebido em Setembro de 2015
Aprovado em Dezembro de 2015**